



Grupo Parlamentar

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhora e Senhores

Membros do Governo

De quatro em quatro anos por esta altura, e nos restantes anos lá para Novembro, o Governo apresenta as suas propostas dos instrumentos planificadores da acção governativa da Região.

Tais instrumentos, por natureza, deveriam ser as matrizes do desenvolvimento que se quer para os Açores.

Da parte do executivo, espera-se a apresentação de propostas que, de facto e por direito, perspectivem os investimentos que tendo sido prometidos devem ser cumpridos.

Ao Parlamento exige-se a análise e avaliação dos documentos e, sobretudo, cabe a votação das propostas de acordo com o juízo político que cada Deputado faça das mesmas.



Grupo Parlamentar

Porém, predomina neste tipo de debates a distorção daquilo que é o seu verdadeiro sentido – o Futuro.

O Governo para além de apresentar tais documentos de forma geralmente descritiva daquilo que já está escrito, perde-se na referência negativa ao Passado quando este não é da sua responsabilidade ou elogiosa quando tem o seu cunho.

O Governo menciona fria e discretamente o que pretende fazer no Futuro, envolvendo-se, ao invés, acalorada e expressivamente no ataque ao que já passou ou no auto-elogio ao que já fez.

Quando deveria ser exactamente ao contrário.

Deveria enquadrar a sua acção no Passado que determina o que se pode e quer fazer, mas, acima de tudo e essencialmente, delinear consciente e estrategicamente o Futuro e envolver-se entusiasticamente na ambição da construção dos dias vindouros.

Os deputados do PS, dos quais emana e depende o Governo, invertendo a verdadeira, democrática e necessária relação política entre ambas as partes, limitam-se a seguir as pisadas daquele,



Grupo Parlamentar

repetindo em jeito de relatório o que está descrito nos Planos, por vezes lendo aquilo que o Governo acabara de dizer, desviando os assuntos em debate para a graça fácil e despropositada, mas, sobretudo, investindo o seu tempo de debate e os argumentos das suas intervenções no invariável ataque, em certos e tristes casos meramente pessoal, à oposição e ao Passado que julgam irresponsavelmente não ser seu.

As oposições em geral, na vontade da fiscalização e acompanhamento do que está proposto e da denúncia do que não é previsto, por vezes criticam por criticar, esquecendo-se de lembrar o que está feito ou de apresentar propostas para melhorar os documentos em apreciação.

Neste Debate, como, de resto, tem acontecido, o PSD foi mais além. O PS e o Governo fizeram o mesmo de sempre.

O PSD, para espanto e surpresa da maioria parlamentar, reconheceu o que era feito e que merece o nosso apoio, manifestando, por vezes, mesmo satisfação pelo que está previsto.



Grupo Parlamentar

No entanto, não prescindiu das suas responsabilidades democráticas, criticou os incumprimentos, desmascarou as ilusões e manifestou as suas discordâncias.

Mas fez mais. Manifestou um profundo sentido de responsabilidade e seriedade política na abordagem dos documentos em causa e, mesmo não aprovando a essencialidade do modelo que lhes está subjacente, apresentou propostas para melhorar o Plano Anual para 2005.

Com o sentido de que, mesmo na Oposição, mas representando legitimamente os açorianos, devemos dar um contributo positivo para a governação da Região.

O PSD olhou para a frente, deu um passo em frente até na forma como normalmente se abordam estes debates, o PS e Governo ficaram no mesmo lugar, fizeram o mesmo de sempre.

O PS governa os Açores há oito anos.

Nos primeiros quatro anos, motivados com a novidade do poder, com ideias diferentes sobre os Açores e mobilizados por uma vontade de governar que antes nunca lhe havia sido



Grupo Parlamentar

concedida pelos açorianos, o PS apresentava as reincidentes desculpas do Passado e da falta de maioria absoluta.

Nos segundos quatro anos, continuou motivado a falar do Passado apresentando a nova desculpa do Governo da República.

O PS, hoje, tem Passado de oito anos e tem Governo na República.

A respeito das desculpas que já não podem existir, não resisto a citar um membro do actual Governo que em Maio de 1997, fresco dos poucos meses de funções e pensando simplisticamente que nunca iria ter Passado, atacava um anterior Secretário Regional na altura Deputado afirmando: “Eu só tenho pena de não ter sido Secretário tanto tempo como V.Ex^a foi, porque talvez tivesse conseguido cumprir todas essas promessas. Porém, em 7 meses é um bocadinho difícil”.

Ora, Senhor Secretário Regional da Educação, já tem mais tempo de responsabilidade governativas que o tal Secretário que o Senhor dizia que tinha “tanto tempo de funções”, já não são só sete meses, e a verdade é que nestes oito anos, não conseguiu cumprir com muitas promessas que fez.



Grupo Parlamentar

Apesar das distrações pouco ou mal intencionadas de várias intervenções, o PS tem Passado e a expiação das culpas próprias com recurso ao governo da Nação já não é argumento.

Isto é, o PS não tem desculpas.

E quem não tem desculpas tem culpas.

E o PS tendo a responsabilidade dos últimos anos da governação dos Açores tem de ser responsabilizado por aquilo que apresentou a esta câmara e até agora foi analisado.

Assim, depois do modo, que pelo excesso por vezes se torna em substância, analise-se a matéria.

As Orientações de Médio Prazo são marcadas por uma excessiva generalidade e por uma esquematização técnica e metodológica que tendo valia nos princípios não se encontra aplicada correctamente, estando desligada dos objectivos e programas propostos.



Grupo Parlamentar

Tal documento aparece com objectivos genéricos, mas sem identificar uma estratégia definida, clara e totalmente assumida.

E era esse o pressuposto da aprovação da legislação que consagrou o Regime Jurídico do Sistema Regional de Planeamento dos Açores.

Pelo menos o sentido da aprovação do PSD de tal diploma implicava que o documento de planeamento de médio prazo seria a chave do desenvolvimento perspectivado para uma legislatura, contendo os princípios estratégicos para o crescimento dos Açores, com base na nossa identidade cultural, histórica e geográfica e no modelo sócio-económico que se entenderia o mais ajustado à nossa Região.

Com efeito, a generalidade é admissível apenas na lei, designadamente quando o artigo 3º do referido diploma se refere que “constituem objectivos do SIRPA o crescimento económico sustentado e o desenvolvimento harmonioso de todas as ilhas dos Açores, promovendo, designadamente, o aproveitamento das suas potencialidades e a compatibilização da política económica com a política social, educacional, cultural e ambiental”.



Grupo Parlamentar

Não se queria o pormenor excessivo, ou da mera multiplicação do plano anual por quatro exercícios económicos, pretendia-se que o documento identificador das metas a alcançar para quatro anos, fosse para além da generalidade que caracteriza a lei e estabelecesse os caminhos claros de tal percurso.

Efectivamente, muito do que está previsto merece a concordância do PSD, como mereceria o acordo de qualquer força política, como poderia servir uma ou qualquer estratégia de desenvolvimento ou, ainda, o acaso das decisões políticas conjunturais com base em interesses confessáveis ou inconfessáveis de pressões ou satisfações geográficas ou pessoais.

Não merecendo, porém, a aprovação porque não apresenta um modelo de desenvolvimento, e muito menos, o modelo que o PSD apresentou ao eleitorado e defende.

Passados quase trinta anos após a implementação do regime autonómico já era tempo do Governo Regional apresentar ao Parlamento e aos Açorianos um verdadeiro Orçamento e um verdadeiro Plano de Desenvolvimento da Região.



Grupo Parlamentar

O Governo Regional tem o cuidado de copiar os documentos oficiais da União Europeia, do Banco de Portugal e do Instituto Nacional de Estatística, mas ainda não é capaz de ser criativo, sem deixar de ser rigoroso, apresentando as metas a atingir na economia regional para 2005.

Conhecemos os números relativos às previsões do crescimento do Produto Interno Bruto da economia internacional, da União Europeia, de Portugal, mas continuamos sem saber qual é a previsão do Governo Regional sobre o crescimento do PIB regional para 2005; continuamos sem saber qual é a previsão do Governo Regional para o comportamento das exportações e das importações; continuamos sem conhecer qual é a previsão do Governo Regional, por exemplo, para a produção de leite nos Açores em 2005; qual a previsão sobre as receitas provenientes do Turismo; não há projecções para o consumo privado nem para o consumo público em 2005, na Região.

Não há projecções para as taxas de crescimento do emprego e continua a apresentar-se valores sem credibilidade sobre a taxa de desemprego, com margens de erro da ordem dos 18%.



Grupo Parlamentar

Segundo a Proposta de orçamento, a economia nacional irá crescer em 2005, com base no aumento das exportações, no aumento do consumo privado e no aumento do investimento empresarial, quanto à economia regional, não se sabe em quanto irá crescer e com base em quê.

No que respeita, em especial, ao Plano para 2005, valorizamos alguns programas e acções, que merecem a nossa aprovação, como são os casos da Habitação que vê significativamente aumentado o seu peso financeiro; ou o desenvolvimento de actividades científica e tecnológica, que sempre exigiria maior financiamento, ou a reestruturação do sector público empresarial regional cujo impacto extraordinário é de realçar, ou ainda a área da cooperação externa, cujas verbas apesar de diminutas podem potenciar e assinalar outro tipo de crescimento, assim como investimentos previstos em todas as ilhas dos Açores e que registamos com agrado.

Porém, o PSD não aprova a generalidade do documento, pelas razões suficientemente explicitadas durante estes três dias de debate, quer pela perspectiva sectorial quer pela abordagem de ilha feita pelos 19 Deputados do PSD.



Grupo Parlamentar

Este documento vem marcado por um complexo de grandezas, recentemente acentuado, e que tenta transformar cada Plano Anual no maior de sempre, quando se constata que nas respectivas execuções, e a preços constantes, são vários os anos que já tiveram execução superior por exemplo ao último ano de 2004 – o tal do superávit.

Efectivamente, os maiores planos de sempre transformam-se depois de uma taxa de execução na ordem média dos 75%, em planos inferiores a outros de outros tempos tão atacados.

Para além da previsível taxa de execução demonstrada pelos executivos socialistas dos Açores, constata-se que o actual Plano se encontra claramente empolado pela receita extraordinária da privatização parcial da EDA, que a ser retirada transforma este Plano, logo e à partida, inferior ao do ano anterior.

Mais grave é quando se constata que, partindo da taxa média de execução, este Plano, que, lembre-se, ainda não foi revisto ou reprogramado, veria grandes objectivos de desenvolvimento estratégico sofrerem reduções relativamente a anos anteriores, como são os casos do eixo “Aumentar a Produtividade e a Competitividade da Economia, que baixaria 8,3% em relação a



Grupo Parlamentar

2004, ou o objectivo “Reforçar a Coesão Social e a Igualdade de Oportunidades”, que desceria 21,2%.

Por outro lado, uma parcela dos investimentos não faz parte do Plano que os Deputados, os 31 Deputados, conhecem, mas faz parte de investimentos de sociedades anónimas que apenas os Deputados do PS conhecem e exibem ostensivamente, como no caso de alguns troços de estrada na Ilha Terceira a serem pagos pela SPRHISA, criada, lembre-se, a respeito da reconstrução das ilhas do Faial e Pico, mas que não foram apresentados à Assembleia.

Rejeitamos ainda que as verbas para investimento correspondam a 37% enquanto as despesas de funcionamento representam 63%, com o excessivo aumento de 7,82% com a aquisição de bens e serviços correntes, que vão contra a necessária racionalização e optimização de recursos que, de resto, o PSD faz reflectir nas suas propostas de alteração. Na medida em que a poupança nos gastos dos serviços públicos poderia fazer obras em várias ilhas e promover o investimento regional.

Refira-se, ainda, que mesmo naquilo que é apresentado pelo Governo como Plano de Investimentos surgem significativas



Grupo Parlamentar

verbas que não visam mais do que pagar despesas de funcionamento.

Por outro lado, constata-se que este Plano que deveria ser para prever os investimentos a realizar em 2005 serve, em parte significativa, para pagar obras realizadas em anos anteriores e já inauguradas.

São os casos, entre outros, e já apresentados, da Escola EB 2,3 do Nordeste, o Matadouro da Ilha Terceira, o Centro Cultural e Congressos de Ponta Delgada, a Variante Ponta Delgada/Lagoa, concluída em 2003 e inaugurada há mais de um ano, o Quartel de Bombeiros da Madalena ou a Escola Secundária da Maia.

O que é, de resto, parcialmente assumido com a existência da acção 1.1.16 do Plano para fecho financeiro de obras concluídas.

Por outro lado, constata-se que de toda a dotação do Plano apenas 28,8% corresponde a acções com previsão superior a 500.000 €, o que demonstra bem da dimensão dos investimentos estruturantes previstos para o próximo ano nos Açores.



Grupo Parlamentar

Outra marca registada deste Governo é o incumprimento das promessas nas várias Ilhas, que vêm sucessivamente adiada a concretização de compromissos de vários anos.

Sem querer ser exaustivo, sob pena de repetir muito daquilo que foi dito em 3 dias, falo da Pavimentação da Estrada Leste no Corvo, na Recuperação da Zona Histórica de Vila do Porto em Santa Maria, na sala de desmancha das Flores, na reconversão da Estrada Rochela/Lagoa na Graciosa, no novo acesso e ampliação do Parque de Contentores do Porto das Velas ou no Porto do Topo em São Jorge, na Nova Escola Secundária das Lajes do Pico, na Gare Marítima de Passageiros do Porto da Horta, na comparticipação para a Avenida Marginal da Praia da Vitória ou no Parque de Exposições da Terceira, na Escola da Ponta Garça, em Vila Franca do campo, ou na rede viária de São Miguel.

Quando a mensagem determinada era de que com este Plano e cito se concretizava os compromissos eleitorais do PS, conclui-se claramente que fica muito cumprir e que o marketing político deste Governo ávido, ou melhor superávido, de protagonismo não consegue iludir.



Grupo Parlamentar

Este Governo socialista de 8 anos tinha mais quatro oportunidades para cumprir as promessas da ilusão.

Com este Plano o PS e o Governo perderam a primeira oportunidade de cumprir o que prometeram.

Por isso mesmo, e para darmos consequência séria às nossas palavras apresentamos propostas de alteração ao Plano Anual para 2005 que concretizam todos os citados incumprimentos do Governo.

Mas com o sentido de responsabilidade que a nossa acção exige, não inventamos verbas ou aumentamos as despesas.

Genericamente, reduzimos as despesas dos Gabinetes do Senhores Secretários Regionais em 4,92%, não pondo assim em causa a sua funcionalidade, tendo, de resto, em conta que no ano transacto não foi executado mais de 95% daquilo que estava previsto neste âmbito, e baixamos várias despesas de funcionamento que estão presentes no Plano.



Grupo Parlamentar

No fundo e na verdade, dando mais verdade ao Plano, na medida em que passamos para despesas de investimento aquilo que estava previsto como despesas de funcionamento.

Por outro lado, na nossa óptica alguns programas que concretizariam uma diferente ideia de Região e um distinto conceito de Desenvolvimento não estão devidamente dotados.

Entendemos que deveria haver uma redução de 20% no preço das passagens aéreas inter-ilhas, através do aumento das indemnizações compensatórias à SATA.

Com o alcance social de tal medida, que abrange residentes e não residentes cerca de 381.000 por ano) e com efeito económico de promover o turismo, dar-se-ia um passo importante no sentido da aproximação sócio-económica das várias parcelas dos Açores, que deveria constituir desiderato fundamental de qualquer estratégia de intervenção política na Região.

Na perspectiva social que temos do desenvolvimento, na importância para o crescimento da nossa sociedade que os equipamentos para os mais jovens e para os mais idosos têm, na qualidade de vida que do princípio ao fim da existência todos têm



Grupo Parlamentar

direito, acrescido na medida das fragilidades, propomos o reforço em 30% das verbas para o apoio a equipamentos para a infância, juventude e idosos.

Considerando o drama que é a toxicodependência e os efeitos nefastos que tem nas pessoas, nas famílias, nas comunidades, e na economia, julgamos prioritária uma intervenção significativa ao nível da prevenção, por isso propomos o aumento de 30% das verbas para essa área.

Entendendo que a Agricultura é um sector importante para a nossa sociedade e economia, e que a sua modernização é decisiva para o desenvolvimento, entendemos que a promoção do emparcelamento deveria ser entendida com maior significado financeiro, propondo um reforço de 100% da respectiva dotação.

Muitas outras áreas suscitam a nossa preocupação e exigem outra abordagem pública, como a Saúde, a Educação, o Ambiente ou a Cultura.

No entanto, porque não nos compete fazer um integral Plano de Investimentos, porque nem temos responsabilidades de o



Grupo Parlamentar

executar, apresentamos contributos que se nos afiguram essenciais para auxiliar a acção governativa.

Com isso, mais uma vez, sem que isso fosse necessário, provamos que o PSD, de uma forma frontal, responsável e séria, critica quando está mal, aprecia o que está bem, mas apresenta propostas que melhorem a vida dos açorianos.

Não está em causa o julgamento eleitoral que já foi feito em Outubro passado, está em causa, sim, o exercício legítimo, necessário e democrático de fiscalização, avaliação e acção da oposição.

E é necessário realçar a legitimidade da nossa acção.

Porque a vossa permanente postura parece pretender fazer crer que os 31 Deputados do PS estão aqui porque os açorianos quiseram mas os 19 do PSD estão aqui, se calhar e apenas, porque quisemos.

Nada mais falso, pois e infelizmente é preciso lembrar, cada um de nós, os 31 do PS, os 19 do PSD, o Deputado do CDS-PP e o deputado independente, todos nós estamos aqui porque os



Grupo Parlamentar

açorianos escolheram porque os açorianos assim quiseram sem diferença de legitimidade ou direito democrático.

Com algumas boas intenções, com certas concretizações que merecem a nossa aprovação, mas pela sua generalidade, por não ambicionar um Futuro melhor, por reduzir o investimento nalguns objectivos, por gastar significativamente mais nas despesas correntes do que no investimento, por pagar o Passado e não investir no Futuro, por não cumprir o que foi prometido estes documentos não merecem a nossa aprovação.

E é esta postura acomodada e de gestão de médias e probabilidades que marca este documento, sem o arrojo de encontrar e indicar novos caminhos de desenvolvimento com o próximo quadro Comunitário de Apoio, ou com uma nova Lei de Finanças Regionais que era a primeira prioridade do Programa Eleitoral do PS, passando a mera possibilidade aquando da discussão do Programa de Governo e agora é completa e propositadamente esquecida neste Debate, ou com a aposta em sectores estratégicos para o nosso crescimento e auto-suficiência, como as relações externas, na potenciação a todos os níveis da nossa relação com o mundo, ou o decisivo sector energético ao nível do nosso imenso potencial no que concerne a energias



Grupo Parlamentar

renováveis, que escandalosamente nem mereceu uma única palavra do Senhor Secretário Regional da Economia.

É, no fundo, esta falta de olhar em frente, de querer mais e melhor e acreditar de que somos capazes de alcançar, de ansiar, procurar, buscar o Futuro, que falta aos documentos em análise, e que entendemos ser decisivo para as conquistas de amanhã.

Sabendo-se que nunca está tudo previsto, que nunca está tudo feito, e que não pode exigir-se tudo de uma vez, da nossa parte esperem sempre uma vontade imensa de ver os Açores a crescer, de sentir o desenvolvimento em cada uma das nossas nove ilhas, de cada vez que falarmos com um açoriano acreditarmos que se realiza na sua terra, de pensarmos e concretizarmos a cada dia e em cada lugar os Açores que não tendo uma única cor ou vontade todos nós legitimamente representamos.

Disse.